



## **Variação paramétrica e variação dialetal: uma análise para as construções dativas do inglês e do português brasileiro**

Ana Paula Scher (USP)\*  
Julio William Curvelo Barbosa (USP)\*  
Paula Roberta Gabbai Armelin (USP/QMUL)\*

**RESUMO:** Neste trabalho investigamos sentenças bitransitivas do inglês, do português brasileiro e de um de seus dialetos falados na Zona da Mata Mineira. Propomos que os argumentos internos das bitransitivas, tanto nos dialetos do português quanto em inglês, são licenciados sintática e semanticamente através de uma projeção funcional. As diferenças entre o inglês e o português são derivadas por meio de diferenças paramétricas na realização fonológica desse núcleo funcional. Já o que diferencia o português brasileiro da variedade mineira são as possibilidades de atribuição de Caso *default* (KATO 1999, 2012). Enquanto um parâmetro diferencia inglês de português, o que separa as diferentes variedades do português são os contextos de atribuição de Caso, que bloqueiam a inserção dos itens de vocabulário das preposições presentes em PBM, mas não em PB.

**PALAVRAS-CHAVE:** bitransitividade; compostos; alternância dativa; parametrização; Caso.

### **Introdução**

As sentenças construídas com verbos que selecionam mais de um argumento interno, embora bastante exploradas na literatura gerativista, ainda apresentam aspectos que requerem interpretação. Este trabalho revisita sentenças bitransitivas do português brasileiro (doravante PB) e de um de seus dialetos, a saber, o português falado na Zona da Mata Mineira (doravante PBM; cf. SCHER, 1996, ARMELIN, 2011, SCHER; ARMELIN, 2013). No dialeto em questão, o que se verifica é a possibilidade de ausência de preposição na introdução do chamado objeto indireto, o que resulta, superficialmente, na mesma ordem linear encontrada nas construções de objeto duplo do inglês (BARSS; LASNIK, 1986, LARSON, 1988).

---

\*Agradecemos ao CNPq (Processos 140146/2011-3 (Doutorado) e 312610/2013-0 (Produtividade em Pesquisa)), à CAPES (programa PRODOC) e (processo BEX 4102/13-4), além do Departamento de Linguística pelo apoio financeiro para a execução da pesquisa que resulta neste artigo. Agradecemos também aos pareceristas anônimos pelos comentários valiosos apresentados. Todos os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

- (1) a. A Maria deu a/para o Pedro um livro. (PB/PBM)  
 b. A Maria deu o Pedro um livro. (PBM/\*PB)  
 c. Mary gave Peter a book. (inglês)

Assim, exploramos, neste artigo, as semelhanças e diferenças entre PB, PBM e inglês, propondo que o PB, como um todo, é uma língua que não apresenta construções de objeto duplo. A inovação deste trabalho está em mostrar que propriedades paramétricas distintas estão por trás das diferenças de comportamento entre PB, PBM e inglês. Nesse sentido, buscamos investigar três questões fundamentais: (a) quais são as propriedades que fazem o PBM se parecer com o inglês? (b) quão similares são o inglês e o PBM e (c) as propriedades do PBM e do inglês podem ser explicadas pelo mesmo funcionamento paramétrico?

Para responder a essas questões, propomos que a estrutura da bitransitividade, tanto no que diz respeito às construções dativas, quanto nas construções de objeto duplo, é licenciada por uma projeção funcional, de maneira semelhante às análises de Den Dikken (1995) e Hale & Keyser (2002). Nessa linha de raciocínio, a nossa hipótese é que as diferenças entre construções de objeto duplo e construções dativas são derivadas através de traços formais constituindo o núcleo da projeção funcional que licencia a bitransitividade.

Seguindo a proposta de Barbosa (2012), diremos que as propriedades que derivam a alternância dativa advêm da obrigatoriedade, ou não, de preenchimento fonológico da preposição que faz a mediação entre os argumentos das construções dativas e de objeto duplo, em analogia aos compostos N+N do inglês e as expressões N+de+N do PB. Nesse sentido, as diferenças entre inglês e PB(M) estão relacionadas a diferenças paramétricas na realização fonológica do núcleo funcional responsável por licenciar os argumentos de uma relação bitransitiva. Enquanto, em inglês, esse núcleo pode permanecer fonologicamente vazio, em PB(M), ele é obrigatoriamente realizado. Essa diferença paramétrica está na base para a explicação das diferenças de ordenamento dos argumentos em sentenças bitransitivas do PB(M) e do inglês. No que concerne à ordem VNPNP no PBM e sua relação com a ordem VNPPP no PB, propomos que a ausência da preposição se dá por conta do tipo de marcação especificada em determinados contextos informacionais, mais especificamente, posições de tópico e foco, de maneira semelhante às análises de Scher (1996) e Armelin (2011).

Assim, propomos que o que diferencia o PB e o PBM é a especificação de Caso<sup>1</sup> presente na Estrutura Morfológica: enquanto PB é subespecificado para o papel temático [dativo], tanto em *a* quanto em *para*, o PBM, por outro lado, apresenta em seus itens de vocabulário (doravante, IV) a especificação do traço semântico de [dativo] apenas em *a* – o que garante sua preferência sobre *para* nas dativas desse dialeto. A diferença entre esses dialetos é a subespecificação do traço de [Caso] em *a*, que faz com que essa preposição não apareça em contextos de caso *default* (cf. KATO, 1999, 2012), resultando na sequência VNPNP. Dessa forma, enquanto um parâmetro diferencia o inglês do PB(M), o que separa o PB do PBM é apenas uma diferença de estatuto que os traços dos IVs que realizam a preposição apresentam em uma e outra variante.

Este artigo está dividido da seguinte maneira: na seção 1, trazemos uma descrição do comportamento dos dados que estão sendo analisados. Duas direções básicas são estabelecidas

<sup>1</sup> É importante notar que, sempre que estivermos falando de Caso referente ao nó preposicional, o Caso em questão é o Caso dativo, para evitar ambiguidade com o traço semântico/temático [dativo]. Nas demais situações (e.g., nas menções sobre Caso *default*), a especificação desse Caso será explicitada.

nessa primeira seção: (i) as estruturas que derivam as sentenças preposicionadas e de objeto duplo no inglês não podem ser estruturas diferentes e (ii) a ordem VNPNP no PBM não é derivada pelo mesmo mecanismo que deriva a variante não preposicionada da alternância dativa do inglês. Na seção 2, apresentamos nossa análise para dar conta das diferenças entre o PB(M) e o inglês. Argumentamos que marcações paramétricas diferentes em uma e outra língua licenciam o fenômeno da alternância dativa no inglês, mas bloqueiam tal fenômeno em PB. A seção 3, por sua vez, propõe uma tipologia dos traços relevantes para distinguir a distribuição das preposições em PB e em PBM, propondo que a diferença entre essas duas variantes resulta da dinâmica das preposições *a* e *para*, associada às diferenças de estatuto dos traços semântico/temáticos e de Caso nesses dois dialetos. Com base nessa proposta, sugerimos uma análise sintática baseada na hipótese de que a ausência da preposição seria indício de que aspectos informacionais estejam de fato em jogo nessas estruturas. Ou seja, a possibilidade de ausência da preposição no PBM será analisada como resultado do deslocamento para posições informacionais de foco e de tópico fora do domínio de *c*-comando do *v*P (cf. SCHER, 1996, ARMELIN, 2011), posições em que Caso *default* é atribuído, contextos nos quais não ocorre a inserção do IV *a*. Após a seção 3, apresentamos as considerações finais do artigo.

## 1. Apresentação dos dados

Nesta seção trazemos uma descrição dos dados relevantes para esta pesquisa, além de generalizações baseadas nessa descrição, a partir das quais nossa análise se desenvolverá.

### 1.1. A Bitransitividade no PB

Um primeiro ponto a ser ressaltado é que, tanto no PB como no PBM, as preposições *a* e *para* podem alternar-se na introdução do elemento indireto em sentenças bitransitivas:

- (2) a. O João deu o livro **ao/para o** Pedro.  
b. O professor comunicou a notícia **ao/para o** diretor.

Especificamente quanto aos dados do PBM, em que há possibilidade de omissão da preposição, Scher (*op. cit.*) aponta que tal fenômeno só ocorre nos casos em que a preposição *a* é uma possibilidade para a introdução de um dos argumentos internos do verbo. Se somente a preposição *para* for possível, o resultado com a omissão da preposição é agramatical:

- (3) a. O João deu o Pedro o livro.  
b. O professor comunicou a notícia o diretor.  
c. \*O João construiu a casa o Pedro.  
d. \* A Maria cozinhou o bolo o João.

Nesse mesmo sentido, quando a preposição *a* é selecionada, temos a formação de sentenças não ambíguas em que necessariamente o elemento preposicionado é interpretado como *alvo*. Por outro lado, a escolha da preposição *para* instaura, tanto no PB, quanto no PBM, uma

ambiguidade de papel semântico do PP, que pode ser interpretado tanto como *alvo*, quanto como *beneficiário*. Vejamos abaixo os contextos que exemplificam as duas interpretações possíveis quando tratamos da preposição *para*<sup>2</sup>:

- (4) O João deu o dinheiro **para o** pai.

**Contexto (a):** O pai estava precisando de dinheiro para pagar a parcela do carro. O João tinha um dinheiro sobrando, então *o João deu o dinheiro para o/ ao pai*.

**Contexto (b):** O pai precisava dar o dinheiro para a Maria, mas justo na hora em que a Maria passou para receber o dinheiro, o pai não estava em casa, então *o João deu o dinheiro para o pai*.

- (5) O João enviou a carta **para o** pai.

**Contexto (a):** O João estava morando longe de casa e sentiu saudades do pai, então *O João enviou uma carta para o/ ao pai*.

**Contexto (b):** Era dia do aniversário da Maria, que estava morando longe do pai. Com saudades, o pai queria mandar uma carta para ela, no entanto ele não tinha condições de ir até o correio, então *o João enviou a carta para o pai*.

Dada a ambiguidade relacionada à presença da preposição *para*, mas não da preposição *a*, é possível ter sentenças em que dois sintagmas são introduzidos pela preposição *para*<sup>3</sup>. Dois sintagmas encabeçados pela preposição *a*, geram, por sua vez, sentenças agramaticais, pois dois elementos passam a competir por um mesmo papel semântico<sup>4</sup>.

- (6) a. Entrega o trabalho [pro professor]<sub>alvo</sub> [pra Paula]<sub>beneficiário</sub>.  
b. A Ana escreveu a carta [pra Paula]<sub>alvo</sub> [pro pai]<sub>beneficiário</sub>.

- (7) a. \*Entrega o trabalho ao professor à Paula.  
b. \*A Ana escreveu a carta ao pai à Paula.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos dados do PBM, ou seja, a agramaticalidade de sentenças contendo dois sintagmas encabeçados pela preposição *a* será novamente verificada e, nesse mesmo sentido, não será possível encontrar as realizações em (8), já que, em todos esses

<sup>2</sup> A interpretação descrita nos contextos (b) para as sentenças em (4) e (5) só será possível se um argumento *alvo*, mesmo que não explícito na sentença, for informação dada no contexto e compartilhada pelos falantes.

<sup>3</sup> Tal possibilidade fica mais evidente em contextos de imperativo, produzidos com uma entoação especial, em que os sintagmas com papéis temáticos de *alvo* e *beneficiários* são, de certa forma, destacados prosodicamente.

<sup>4</sup> Conforme nos foi apontado por um parecerista anônimo, Zdrojeswki (2008) analisa a impossibilidade de os dois complementos de um verbo bitransitivo serem antecedidos pela marca *-a* em termos dos requerimentos de distintividade propostos por Richards (2006):

- a. \*Juan le presentó [OD a la enfermera] [OI al doctor]  
b. Juan le presentó [OD la enfermera] [OI al doctor] (Zdrojeswki, 2008, p.42)

Assim, o contraste acima se explica por que tais requerimentos exigem a modificação da estrutura, que não pode conter dois constituintes categorialmente idênticos dentro de certos domínios locais. Nesse sentido, uma das preposições precisa ser apagada em PF, para atender à necessidade de distinção entre OD e OI.

casos, dois elementos competem pelo mesmo papel semântico: dois sintagmas preposicionais encabeçados por *a*, como em (8a); dois sintagmas com a preposição omitida em uma mesma sentença, como em (8b), e um sintagma com a preposição omitida e outro com a preposição *a* realizada, como em (8c).

- (8) a. \*A Ana deu o livro [ao Pedro] [ao João].  
 b. \*A Ana deu o livro [o Pedro] [o João].  
 c. \*A Ana deu o livro [o Pedro] [ao João].

É possível, ainda, a formação de sentenças em que há dois PPs presentes, sendo um deles introduzido pela preposição *a* e o outro pela preposição *para*, como em (9) abaixo:

- (9) a. A Ana entregou [o livro]<sub>tema</sub>[ao Paulo]<sub>alvo</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub>.  
 b. A Ana entregou [o livro]<sub>tema</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub> [ao Paulo]<sub>alvo</sub>.  
 c. A Ana entregou [ao Paulo]<sub>alvo</sub> [o livro]<sub>tema</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub>.  
 d. A Ana entregou [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub> [o livro]<sub>tema</sub> [ao Paulo]<sub>alvo</sub>.

Nesses casos, há considerável liberdade no ordenamento entre os complementos do verbo, com a devida alteração prosódica. De qualquer modo, a interpretação de *recipiente* estará sempre atrelada à preposição *a*, enquanto a preposição *para* irá introduzir o *beneficiário*. Assim, fica claro que o *beneficiário* não pode ser introduzido pela preposição *a*.

Quanto aos dados do PBM, a mesma lógica parece se aplicar. Assim, podemos ter um dos complementos do verbo realizado com a omissão da preposição e o outro realizado através de um PP encabeçado pela preposição *para*. Tentando manter, nos dados abaixo, a interpretação de *o Paulo* como *alvo* e de *o Pedro* como *beneficiário*, vejamos algumas consequências da alteração no ordenamento dos elementos sentenciais:

- (10) a. A Ana entregou [o livro]<sub>tema</sub>[o Paulo]<sub>alvo</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub>.  
 b. A Ana entregou [o livro]<sub>tema</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub> [o Paulo]<sub>alvo</sub>.  
 c. A Ana entregou [o Paulo]<sub>alvo</sub> [o livro]<sub>tema</sub> [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub>.  
 d. A Ana entregou [pro Pedro]<sub>beneficiário</sub> [o livro]<sub>tema</sub> [o Paulo]<sub>alvo</sub>.

Novamente estamos diante de uma considerável liberdade de ordenamento entre os dois complementos em questão. Ao sintagma sem a preposição caberá a interpretação de *alvo*, enquanto ao sintagma com a preposição realizada restará a interpretação de *beneficiário*.

No que diz respeito ao estatuto da preposição *a*, propomos, com Armelin (*op. cit.*) que ela deva ser analisada como elemento responsável por introduzir elementos com estatuto argumental, ao passo que *para* é ambígua entre a introdução de argumento e de adjunto. Tal análise tem respaldo em diversos fatores. Um deles é a divisão proposta por Pujalte (2009) entre dativos argumentais e não-argumentais. Interessantemente, somente os verbos que participam do grupo argumental aceitam a preposição *a* no PB. Desse mesmo modo, a preposição *a* é incapaz de veicular a semântica de *beneficiário*, que em PB está intimamente relacionada com elementos que se comportam como adjuntos. Por fim, a interpretação *default* de um PP encabeçado por *para* é a mesma interpretação de um PP encabeçado por *a*, ou seja, a interpretação de *alvo*, que é argumental e mais saliente do que a interpretação de *beneficiário*, que não é argumental. Todos

esses fatores, aliados ao fato de que o PBM só permite a omissão da preposição no contexto de verbos que possivelmente aceitam a preposição *a*, mostram que o que o PBM está omitindo é algo bastante específico: a preposição que introduz argumentos.

## 1.2. Apresentando o fenômeno da alternância dativa

A alternância dativa do inglês engloba pares de sentenças como (11), abaixo:

- (11) a. Mary gave a book to John. → Variante Preposicionada  
 b. Mary gave John a book. → Variante de Objeto Duplo

A comparação entre as sentenças em (11a,b) aponta uma assimetria na ordem linear dos argumentos e tal assimetria é acompanhada pela presença/ausência de preposição introduzindo um desses elementos (BARSS; LASNIK, 1986; LARSON, 1988, PESETSKY, 1995). Assim, na presença de um PP introduzindo o argumento *alvo*, a ordem linear requerida é verbo-*tema-alvo*. Por outro lado, na ausência desse PP, a ordem linear requerida é verbo-*alvo-tema*. Se tais requerimentos não forem obedecidos nas sentenças do inglês, os resultados serão agramaticais, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- (12) a. \*Mary gave to John a book.  
 b. \*Mary gave a book John.

Larson (*op. cit.*) aponta que outras assimetrias parecem acompanhar a ordem linear e a presença/ausência de preposição:

- (a) Marcação de Caso: nas sentenças preposicionadas o elemento interpretado como *alvo* recebe caso dativo. Já na variante de objeto duplo, o elemento que antes era introduzido por um PP passa a receber caso acusativo<sup>5</sup>.
- (b) Passivização: em estruturas preposicionadas, como em (13), somente o objeto direto pode ser passivizado, enquanto, em estruturas de objeto duplo, como em (14), a passivização passa a ser possível somente com o elemento interpretado como *alvo* ocupando a posição marcada com caso nominativo. Tal assimetria pode ser vista na comparação entre os dados abaixo:
- (c) Extração: enquanto nas estruturas de objeto duplo, a extração a longas distâncias do objeto indireto gera dados agramaticais, nas construções preposicionadas, esse fenômeno ocorre livremente, como se pode observar abaixo, em (15a) e (15b), respectivamente:

- (13) a. John sent a letter to Mary.  
 b. A letter was sent to Mary.

<sup>5</sup> Confira, em Larson (*op. cit.*), a dupla atribuição de caso acusativo em estruturas de objeto duplo. Um desses casos é estrutural, atribuído com o verbo regido pelo núcleo de flexão, enquanto o outro é inerente e atribuído pelas propriedades lexicais do verbo.



- c. \*Mary was sent a letter to.
- (14) a. John sent Mary a letter.  
 b. Mary was sent a letter.  
 c. ?\*A letter was sent Mary. (LARSON, 1988, p. 363)
- (15) a. \*Who did Mary say that she gave a present?  
 b. To whom did Mary say that she gave the present? (LARSON, 1988, p. 355)

As análises propostas para os dados de alternância dativa, em geral, se dividem em duas grandes correntes: (i) a abordagem monossêmica e (ii) a abordagem polissêmica. Na primeira delas, assume-se que o sentido veiculado pelas duas variantes da alternância em questão é fundamentalmente o mesmo. Nessa proposta, não há qualquer diferença entre as condições de verdade das duas variantes da alternância. As sentenças preposicionadas e de objeto duplo estariam, nesse sentido, relacionadas por derivação. Uma das questões fundamentais dessa abordagem é, portanto, definir qual das duas estruturas deve ser tomada como a básica. Duas correntes de análise são possíveis:

- (a) A variante preposicionada é a básica e, a partir dela, deriva-se a contraparte de objeto duplo (LARSON, 1988);  
 (b) A estrutura de objeto duplo é a básica e, a partir dela, deriva-se a construção preposicionada (AOUN; LI, 1989; KIPARSKY, 1985).

O segundo tipo de abordagem, a polissêmica, assume que os verbos que participam da alternância dativa possuem significados diferentes, cada um deles com a sua própria realização de argumentos (HARLEY, 1997).

A proposta deste trabalho segue a abordagem monossêmica. Na próxima seção, serão trazidos argumentos empíricos e teóricos baseados em PB e inglês para justificar a escolha dessa vertente.

### 1.3. Contra estruturas diferentes para construções dativas e de objeto duplo

Contra a argumentação de que a alternância dativa envolve grandes diferenças entre a estrutura argumental das sentenças que compõem tal alternância, trazemos a proposta de Bresnan et al. (2007)<sup>6</sup>, cuja questão de base é a seguinte: como um falante de inglês determina qual das variantes da alternância dativa será escolhida para veicular uma dada mensagem sobre um dado evento; em outros termos, como ele escolhe entre a estrutura preposicionada ou a estrutura de objeto duplo? Baseada em dados de conversações naturais e espontâneas, a hipótese que subjaz a essa proposta é a de que muitas das restrições linguísticas que se assumiu atuarem no fenômeno

---

<sup>6</sup> Os autores afirmam que os trabalhos que ignoram dados de uso espontâneo da fala acabam por “subestimar o espaço das possibilidades gramaticais”, o que pode levar a uma teoria que ignora um conjunto de dados importantes, supostamente impossíveis quando apenas as intuições dos falantes são levadas em conta. O trabalho mostra que muitas construções “impossíveis” são frequentes em *corpus* de fala espontânea.

da alternância dativa não se mostram efetivamente relevantes, quando o que está em questão é a língua colocada em uso.

Nesse sentido, os autores apontam que Collins (1995), estudando um *corpus* de inglês australiano, nota que construções de objeto duplo são polarizadas em escalas de acessibilidade do discurso, definitude, pronominalidade, comprimento das palavras, sendo que o *recipiente* possui as propriedades mais proeminentes (*topic like*) quando comparadas com o objeto *tema*. É dessa perspectiva que Bresnan *et al* (*op. cit.*) propõem que os verbos dativos do inglês têm mais flexibilidade sintática do que se costuma propor na literatura. Assim, para os autores, outros elementos, tais como aspectos informacionais, parecem influenciar a escolha de sentenças preposicionadas ou de sentenças de objeto duplo pelo falante. Um resumo dos resultados reportados pelos autores pode ser visto abaixo:

- (a) Recipientes inanimados: têm mais chances de ocorrer com uma estrutura preposicionada do que recipientes animados.
- (b) Recipientes não-pronominais: têm mais chances de ocorrer em uma estrutura preposicionada.
- (c) Elementos não dados no discurso: têm mais chances de ocorrer em uma estrutura preposicionada do que elementos compartilhados pelos falantes.

A literatura prevê que determinados tipos semânticos de verbos não ocorrem em alternância dativa. Porém, os autores mostram que, apesar dessa previsão, esse tipo de alternância é encontrado em *corpus* de fala espontânea (cf. (16), abaixo). Essa evidência empírica questiona a necessidade de duas estruturas distintas para os dados de alternância dativa, já que a motivação semântica postulada na literatura perde força.

(16) **a. Verbos de aplicação contínua de força**

Karen spoke with Gretchen about the procedure for registering a complaint, and  
hand-carried her a form, but Gretchen never completed it.  
 mão-carregou ela um formulário

**b. Verbos de modo de fala**

(...), she muttered him a hurried apology as well before skirting (...).  
 resmungou ele uma apressada desculpa

**c. Expressões idiomáticas “exclusivas de objeto duplo” com give**

(...) is diffused over the ship that would  
give a headache to the most athletic constitution.  
 dar uma dor-de-cabeça para a mais atlética constituição

(BRESNAN *ET AL*, 2007, p. 72-74)

Análises que atribuem diferentes estruturas (VNPPP vs. VNPNP) a diferentes significados, assumem, por exemplo, que estruturas preposicionadas estariam relacionadas a um movimento explícito do OD em direção ao OI, ao passo que estruturas de objeto duplo, estariam associadas à interpretação de posse (cf. GREEN, 1974 e OEHRLE, 1976). Nesse sentido, as sentenças em (16a), que envolvem verbos de força contínua, por explicitamente envolverem



deslocamento do OI, só deveriam ser possíveis em estruturas preposicionadas, ao contrário do que se pode ver acima. Desse mesmo modo, verbos de modo de fala, por não envolverem transferência de posse, não poderiam aparecer em estruturas dativas, ao contrário do que se observa em (16b). Já em (16c), a expressão idiomática com o verbo *give* aparece em uma construção dativa, o que não seria esperado se a leitura idiomática, que não envolve deslocamento do OD em relação ao OI, estivesse restrita à construção de objeto duplo.

Baseados nesse tipo de dado, Bresnan *et al* (*op. cit.*) sugerem que a alternância dativa não deve envolver uma diferença na estrutura argumental *core* dos predicados verbais, já que a gramaticalidade de estruturas ditas exclusivas de construções de objeto duplo (a partir da qual se argumenta que essas construções possuem uma semântica peculiar), na verdade, depende das variáveis apresentadas em (a)-(c). Nesse sentido, a interpretação semântica supostamente exclusiva das construções de objeto duplo ou das construções preposicionadas é facilmente anulada diante de fatores discursivos. Essa proposta vem ao encontro da nossa hipótese de que a estrutura da bitransitividade, tanto no que diz respeito às construções dativas, quanto no que concerne às construções de objeto duplo, é licenciada por uma estrutura de base idêntica para as duas formações – com e sem preposição.

Uma das ideias mais defendidas pelos autores adeptos de uma abordagem polissêmica é a de que cada estrutura (dativa e de objeto duplo) apresentaria uma leitura específica, de acordo com a posição dos argumentos internos. A estrutura dativa estaria ligada à mudança de lugar (movimento do tema em direção ao alvo), enquanto a estrutura de objeto duplo estaria relacionada a uma noção de mudança de estado. Se levarmos em consideração os dados apresentados por Bresnan *et al* (2007), essas relações não se aplicam, já que, como vimos nos dados em (16), os diagnósticos de distinção entre objeto duplo e dativos são questionáveis.

Outro argumento importante para afirmar que as estruturas dativas e de objeto duplo compartilham a mesma estrutura reside no fato de que, em PB, uma sentença como *O João deu o livro para a Maria* apresenta tanto a leitura de mudança de posse quanto a leitura de mudança de lugar. Ou seja, é necessário explicar como a mesma estrutura em PB e inglês pode apresentar duas leituras. Essa questão será retomada mais adiante, na seção 2. Na subseção a seguir, apresentamos os argumentos que mostram que o fenômeno visto no PBM é diferente da alternância dativa do inglês.

#### 1.4. Scher (1996): o PBM não possui objeto duplo

Scher (*op. cit.*) mostra que, apesar de apresentarem a mesma ordem linear de argumentos, o PBM e o inglês se comportam de modos significativamente diferentes, o que a leva a concluir que o PBM não possui construções de objeto duplo.

Uma primeira grande diferença de comportamento entre PBM e o inglês está no fato de que no PBM, assim como no PB, não parece haver restrições para a aceitabilidade da sentença quando um PP aparece na posição entre o verbo (V) e o objeto direto (OD). Os dados em (18a,c,e,g) são representativos do PB<sup>7</sup>, enquanto que aqueles em (18b,d,f,h) representam o PBM.

<sup>7</sup> Como vimos anteriormente dados com a preposição realizada também são possíveis no dialeto do PBM.

- (17) a. Ela deu o retrato pro/ao irmão.  
 c. Ela deu pro/ao irmão o retrato.  
 e. Eu dei pra/a ele trinta reais  
 g. Eu dei trinta reais pra/a ele
- b. Ela deu o retrato o irmão.  
 d. Ela deu o irmão o retrato.  
 f. Eu dei ele trinta reais.  
 h. Eu dei trinta reais ele.

(SCHER, 1996, p. 25)

Como se pode observar acima, o PBM admite a omissão da preposição mesmo sem a inversão entre OI e OD. Do mesmo modo, segundo Scher (*op. cit.*), o PBM permite a omissão da preposição do OI mesmo em contextos em que não há o OD explícito.

- (18) a. “O que ela fez com o retrato?” “Ela deu o Pedro.”  
 b. “O que você vai fazer com o livro da Ana? Ela não está em casa.”  
 “Eu entrego o pai dela.”

(SCHER, 1996, p. 39)

Scher (*op. cit.*) mostra ainda que, ao contrário do inglês, o PB(M) não pode nominativizar um dativo. Isto quer dizer que, nessa língua/dialeto nem a passivização do objeto indireto preposicionado, nem tão pouco a passivização do objeto indireto representado superficialmente por um NP serão possíveis.

- (19) a. A Maria deu um livro aos/pros meninos.  
 b. Um livro foi dado aos/pros meninos.  
 c. \*Pros/Aos meninos foram dados um livro.  
 d. \*Os meninos foram dados um livro.

(SCHER, 1996, p. 28)

Outra característica do dialeto do PBM, apresentada em Scher (*op. cit.*), é que ele parece permitir a relativização e o fronteamento do pronome interrogativo:

- (20) a. Eu dei (a/pro) menino o caderno, mas ele não está aqui.  
 b. O menino que eu dei o caderno não está aqui.

- (21) a. A Maria deu (a/pr) o Pedro este livro.  
 b. ?Quem que a Maria deu este livro?<sup>8</sup>

(SCHER, 1996, p. 29)

Larson, (*op. cit.*) aponta que verbos como *donate* e *distribute* do inglês não participam da alternância dativa, não permitindo a formação da variante de objeto duplo (cf. (22)). Seja lá qual for a análise que se dê para esse fato, os cognatos do PB(M) não parecem obedecer a essa restrição, pois licenciam sequências VNPNP mesmo com tais predicados verbais (cf. (23)):

<sup>8</sup> Um parecerista anônimo levantou a possibilidade de que o pronome *quem* em (21b) seja interpretado como um operador de sujeito, estando relacionado ao caso nominativo e não a um elemento preposicionado. Descartamos essa hipótese com base no fato de que, apesar de a preposição não estar fonologicamente realizada, ela é interpretada. Nesse sentido, a sentença em (21b) é semanticamente equivalente a *Para quem que a Maria deu esse livro?* A resposta para essa pergunta deveria ser algo do tipo *A Maria deu esse livro (a/pr) o João*, o que mostra que o elemento que é substituído pelo pronome *quem* não é o sujeito da sentença.

- (22) a. John donated money to charity.  
 b. \*John donated charity the money.  
 c. I contributed my time to the auction.  
 d. \*I contributed the auction my time. (LARSON, 1988, p. 371)
- (23) a. O João doou muito dinheiro ao orfanato.  
 b. O João doou o orfanato muito dinheiro.  
 c. O Pedro distribuía seus agradecimentos aos amigos.  
 d. O Pedro distribuía os amigos seus agradecimentos. (SCHER, 1996, p. 31)

Vale a pena ressaltar que *contribuir* se comporta como *contribute*, outro verbo latino do inglês que não ocorre sem a preposição. No PBM, isso se explica pelo fato de a preposição *a* não ser uma possibilidade de seleção para *contribuir*, o que é, segundo Scher (*op. cit.*), essencial para que a ausência da preposição seja licenciada nos dados dessa língua/dialeto. Nessa linha de argumentação, Scher (*op. cit.*) afirma que os dados do PBM não são compatíveis com a alternante de objeto duplo do inglês. Assim, a inovação deste artigo está em derivar, parametricamente, a inexistência de construções de objeto duplo no PB(M).

### 1.5. Sistematizando

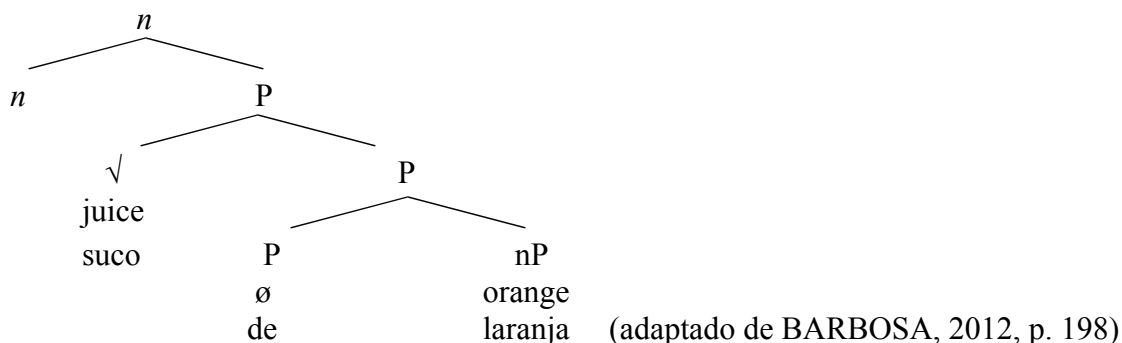
Na tabela abaixo, sistematizamos o comportamento do PB, do PBM e do inglês no que diz respeito à presença/ausência de preposição e ao ordenamento dos complementos verbais.

<b>A Ordem dos Complementos e a Presença/Ausência da Preposição</b>		
	<b>Ausência da Preposição</b>	<b>Inversão livre dos complementos</b>
<b>PB</b>	Não	Sim
	*A Maria deu um livro o Paulo *A Maria deu o Paulo um livro	A Maria deu um livro para o Paulo A Maria deu para o Paulo um livro
<b>PBM</b>	Sim	Sim
	A Maria deu um livro o Paulo A Maria deu o Paulo um livro	A Maria deu um livro para o Paulo A Maria deu para o Paulo um livro
<b>Inglês</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
	Mary gave a book to Paul Mary gave Paul a book	*Mary gave to Paul a book *Mary gave a book Paul

**Tabela 1:** Comparação entre PB, PBM e inglês: preposição e ordenamento dos argumentos verbais.



(26) Estrutura sintática para os compostos do inglês e do PB<sup>9</sup>.

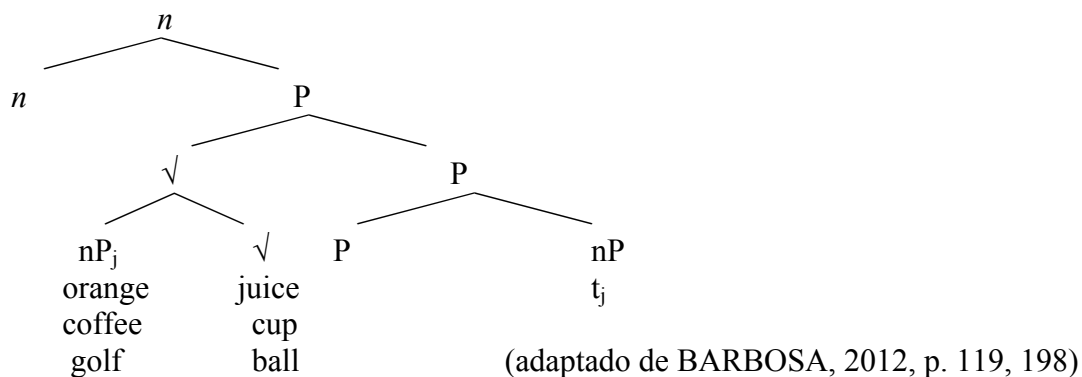


No caminho para PF (após *spell-out*), ocorre uma operação compulsória de deslocamento pós-sintático (cf. (27), abaixo) que garante que a ordem superficial dos argumentos do inglês seja invertida com relação ao PB – ou seja, com o inglês apresentando seu núcleo à direita –, o que explicaria a variação fonológica entre inglês e PB, apesar da mesma interpretação semântica.

(27) *Regra de Deslocamento Compulsório*

Um elemento ocupando a posição [Comp, P] deve se concatenar a [Spec, P], sempre que P não tiver conteúdo fonológico. (BARBOSA, 2012, p. 198)

(28) Estrutura morfológica para os compostos do inglês.



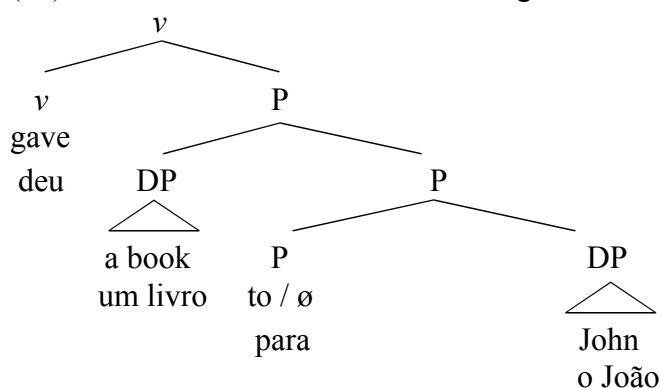
Seguindo as correlações no tempo de aquisição entre compostos e predicados complexos feita por Snyder (1995), Barbosa (*op. cit.*) sugere que a análise para os compostos do PB e do inglês possa ser estendida para o par de construções dativas/de objeto duplo, especialmente pelo fato de que ambas as construções apresentam um efeito peculiar muito semelhante quando comparamos PB e inglês: a inversão da ordem dos elementos relacionada à ausência da proposição. Essa extensão é apresentada na seção abaixo.

<sup>9</sup> Apesar de aparentemente sem categorização, o núcleo nominal mais alto permeia sobre a projeção P, permitindo a categorização da raiz em Spec, P, e, conseqüentemente, a interpretação nominal dessa raiz e da estrutura como um todo. Agradecemos ao parecerista anônimo por apontar essa questão.

## 2.2. Estendendo o *Parâmetro de Realização Fonológica Preposicional* à alternância dativa

Barbosa (*op. cit.*) se apoia nos pressupostos teóricos da MD, em especial no fato de que, dentro desse modelo, palavras e sentenças são construídas dentro de um mesmo componente computacional: a sintaxe. Por isso, o autor sugere que tanto compostos, quanto estruturas dativas/de objeto duplo compartilhem da mesma estrutura preposicional P, variando apenas no elemento que c-comanda essa estrutura (*n* no caso dos compostos, *v* no caso das construções dativas/de objeto duplo). Seguindo a abordagem monossêmica, o autor propõe, citando os dados de Bresnan & Nikitina (2009), que a estrutura das construções dativas e de objeto duplo sejam idênticas em LF, e, da mesma maneira que os compostos do inglês, que essas estruturas estejam sujeitas ao parâmetro de realização fonológica preposicional e à operação de deslocamento compulsório em (25) e (27), respectivamente, acima. Dessa maneira, a estrutura dativa, tanto em PB quanto em inglês, seria como (30):

(29) Estrutura de formas dativas em inglês e PB.



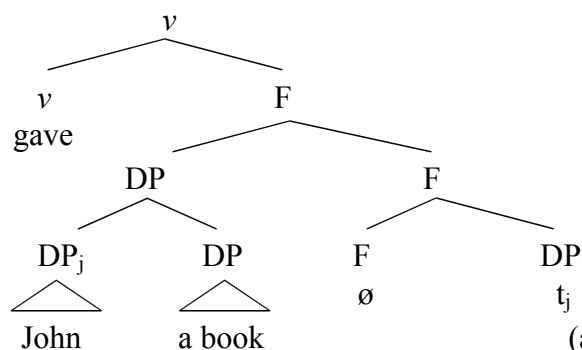
(BARBOSA, 2012, p. 166)

Nos casos em que a preposição não é realizada (em inglês), a operação de deslocamento compulsório é aplicada no caminho para PF, e o resultado é a estrutura (31)<sup>10</sup>:

<sup>10</sup> Vale ressaltar que essa estrutura é vista apenas no caminho para PF. Se as estruturas de alternância dativa são idênticas em LF, as assimetrias de Barss & Lasnik (*op. cit.*) podem ser consideradas meramente epifenomenais, pois parecem lidar com questões de hierarquia de inserção dos IVs: itens de polaridade negativa (no>any), binding (expressão referencial>pronome>anáfora) e expressões quantificadas (each>the other, every>pronome, etc.). Um argumento em favor disso é que Larson (*op. cit.*, p. 338), afirma que "The asymmetries observed with V-NP-NP structures occur with V-NP-PP structures as well" Esse ponto será discutido de maneira mais detalhada em trabalhos posteriores. Agradecemos ao parecerista anônimo por apontar essa questão.



(30) Estrutura sem a realização da preposição.



(adaptado de BARBOSA, 2012, p. 167)

O PB, por sua vez, por ter o parâmetro da realização fonológica preposicional marcado positivamente, quando se trata da preposição que introduz o OI, não aplica às construções bitransitivas a operação de movimento compulsório. Resta saber, portanto, o que permite a realização de formas como VNPNP no PBM.

Na próxima seção, apresentamos nossa análise para lidar com os dados do PB em contraste aos dados do PBM, de modo a mostrar que a distinção paramétrica que se verifica entre o inglês e o PB não se aplica às construções desses dois dialetos.

### 3. A ausência de preposição no PBM

Uma vez eliminada a possibilidade de que as sentenças de ordem VNPNP no PBM sejam equivalentes à variante de objeto duplo da alternância dativa, será necessário evidenciar quais são os fatores responsáveis por possibilitar a ausência de preposição no PBM. Nesta seção analisamos, então, a expressão da bitransitividade no PB e no PBM, na busca de derivar as diferenças entre essas variantes. Para tanto, nos baseamos no modelo da MD (HALLE; MARANTZ, 1993), em especial na noção do *Princípio do Subconjunto*, operações pós-sintáticas que vão explicar porque a preposição tem realização fonológica nos dativos do PB, mas não nos do PBM.

A primeira grande pergunta na comparação entre PB e PBM é a seguinte: a motivação para a ausência de preposição no PBM é, de alguma maneira, semelhante à proposta de Barbosa (2012) para a distinção entre o inglês e o PB(M)? Conforme vimos na seção anterior, uma diferença paramétrica na realização do núcleo relacional P, presente em compostos e em sentenças bitransitivas, separa o inglês do PB(M). Tal núcleo pode ser fonologicamente vazio em inglês, o que desencadeia a operação de Deslocamento Compulsório. Nesse sentido, a ausência de preposição em sentenças de objeto duplo no inglês é resultado da possibilidade de omissão do conteúdo fonológico do elemento preposicional, marcada parametricamente.

Por outro lado, assumimos com Barbosa (*op. cit.*) que a realização desse núcleo é obrigatória em PB(M). Ao mesmo tempo, já mostramos, na seção anterior, que as sentenças de ordem VNPNP, apesar de se parecerem superficialmente com a variante de objeto duplo, apresentam propriedades que as diferenciam. Apesar disso, a omissão da preposição só ocorre em contextos muito específicos, e, mesmo no PBM, essa omissão não é uniforme. Sendo assim,

sugerimos que em alguns contextos do PBM, a preposição não seja inserida. A não-inserção da preposição no PBM deve estar relacionada a algum fenômeno da Gramática responsável por sua distribuição peculiar, e sua explicação deve manter a distinção paramétrica de que preposições sejam obrigatoriamente realizadas em PB como um todo. Mostraremos, então, que, em alguns casos, o núcleo P simplesmente não possui IVs compatíveis com seus traços, e a inserção não ocorre; nesses contextos, a ordenação dos argumentos (*e.g.*, verbo+alvo+tema) mostra que, se esse tipo de ordem no PBM não é produto da alternância dativa, devemos estar lidando com fenômenos de deslocamento para posições de tópico/foco. Sendo assim, propomos que a ordem VNPB no PBM seja derivada por uma incompatibilidade de traços, que não gera a inserção de um IV no núcleo sintático correspondente à preposição. Essa proposta será desenvolvida mais adiante.

Duas questões surgem nesse passo da análise. A primeira delas diz respeito aos traços dos IVs do PB e do PBM, enquanto a segunda delas está relacionada às condições que licenciam esses contextos especiais cujos traços bloqueiam os IVs preposicionais em PBM. Conforme discutiremos a seguir, a nossa proposta é a de que essas perguntas têm uma resposta unificada nos seguintes termos: a tipologia dos traços nos itens de vocabulário do PB garante a realização da preposição, seja ela *a* ou *para*. Já no PBM, a variação tipológica depende dos tipos de traço presentes nos IVs e no núcleo de P, mais especificamente no que diz respeito ao traço de [Caso], e às posições sintáticas dos argumentos em que a preposição não é fonologicamente realizada.

A nossa proposta está baseada na correlação entre dois fatores: (a) a especificação de traços das preposições *a* e *para* e (b) o traço de Caso no núcleo P em PB e PBM. Crucialmente, PBM e PB apresentam especificações de Caso diferentes em P, o que desencadeia a inserção de IVs diferentes: o IV *a* em PB é inserido nos contextos em que [dativo] é um traço presente em P, enquanto os IVs *a* e *para* são inseridos no PB, distribuídos por questões semânticas.

Certamente, a dinâmica das preposições *a* e *para* é um fator central para a análise da bitransitividade em PB e PBM. É bastante relevante, nesse sentido, o fato de que as preposições *a* e *para* não são elementos idênticos: enquanto *para* é ambíguo entre a introdução de um *alvo* ou de um *beneficiário*, *a* só introduz *alvos* (cf. (6) a (10), acima). Ainda assim, se faz necessária a motivação para essas diferenças entre PB e PBM, em especial, no que diz respeito à possibilidade de omissão de *a* nos dativos do PBM em contraste à obrigatoriedade, seja de *a* ou de *para* no PB, dentro dos mesmos contextos.

Torres-Morais & Berlinck (2006) apresentam evidências de que o sistema pronominal do português esteja passando por um processo de simplificação com a perda do caso dativo. Ainda segundo as autoras, asseguradas as variações regionais, o baixo uso da preposição *a* parece ser uma tendência dominante e em expansão no PB. Se é verdade que o PB tem passado pela perda do caso dativo e se também é verdade que a preposição *a* tem deixado de ser uma opção para os falantes de PB, então seria plausível propor que os dois fatos estejam intimamente relacionados, e que a preposição *a* é especificada para o traço [dativo] apenas no PBM, onde ainda está ativa para essa distinção.

No que diz respeito, especificamente, aos dialetos que preferem a preposição *para*, uma possibilidade de análise que se abre imediatamente é a de que a perda do dativo esteja correlacionada com a perda do item preposicional dativo, ou seja, com a perda da preposição *a*. Essa hipótese é, sem dúvida, muito radical, uma vez que falantes dos dialetos que preferem a preposição *para* podem produzir sentenças com a preposição *a* no contexto dativo. A nossa sugestão é que, ao invés de ser bloqueado no PB, *a* seja um IV especificado para o traço

semântico [dativo] e para o traço de [Caso]. Assim, a sua distribuição é mais restrita do que a distribuição de *para*, que é semanticamente subespecificado, podendo ser ambíguo entre *dativo* (quando o nó P não for especificado para tal e sua inserção ocorrer) ou *locativo*.

O modelo da MD prevê que a inserção de IVs – expressões de conteúdo fonológico associadas a determinados contextos sintático-semânticos compatíveis com os nós terminais manipulados pelo componente morfológico – seja regulado por competição, com base no *Princípio do Subconjunto* (HALLE; MARANTZ, 1993), que controla a inserção de fonologia nos nós terminais sintáticos. Segundo esse princípio, o expoente fonológico de um IV é inserido no nó terminal se o item possui todos ou um subconjunto dos traços especificados no morfema terminal.

A ordem VNPNP no PBM está atrelada à possibilidade de inserção da preposição *a*, uma vez que essa é uma condição necessária para que tal ordem ocorra. Scher & Armelin (*op. cit.*) afirmam que o traço de dativo é efetivamente inserido em Estrutura Morfológica na derivação de sentenças bitransitivas do PBM. Com a nossa proposta do traço [dativo], exclusivo ao IV *a* no PBM, apenas *a* (e não *para*) seria um candidato compatível a ocupar o nó da preposição das dativas, já que, pelo Princípio do Subconjunto a que nos referimos acima, a preposição *a* sempre ganharia a competição, por ser mais especificada para o contexto morfossintático (dativo) do que a preposição *para*. Porém, como explicar os contextos em que *a* é omitido? Mostraremos, mais adiante, que outras propriedades impedem a inserção desse IV no nó terminal P, gerando as estruturas do tipo VNPNP.

Com base nas discussões feitas acerca das propriedades dos IVs *a* e *para* no PB e no PBM, sugerimos que a tipologia dos IVs do PBM e do PB seja definida conforme vemos em (31) e (32), respectivamente:

(31) *IVs dativos no PBM*

*a*:        \_ [dativo]  
*para*:     \_ [Caso]

(32) *IVs dativos no PB*

*a*:        \_ [dativo]<sup>11</sup>, [Caso]  
*para*:     \_ [Caso]

Nos IVs do PB e do PBM, o IV *para* possui as mesmas características: ele é subespecificado semanticamente, porém marcado para ocorrer apenas em nós terminais marcados com [Caso]. Já a diferença entre *a* nos dois dialetos se dá pela ausência do traço de [Caso] em PBM. Convém notar que o traço de [Caso] não é obrigatório nos nós terminais. Porém, há consequências para a ausência de Caso para complementos de preposição, e essas consequências serão examinadas mais adiante. A pergunta que se segue dessa definição é: qual a motivação para o traço [Caso] e sua diferente distribuição em PB e PBM? Conforme dito anteriormente, a estrutura sintática responsável pela expressão da bitransitividade no PB e no PBM é essencialmente idêntica, e os traços semânticos dos IVs das preposições *a* e *para* não diferem dos seus correspondentes em PB. Logo, afirmamos que as diferenças entre PB e PBM devam ser

<sup>11</sup> Para os falantes de PB cujos dialetos não utilizam *a*, esse IV não existiria, e *para* não teria outros competidores. Logo, *para* seria o IV preenchendo todos os contextos de estruturas dativas.

resultado de diferenças na constituição dos traços de Caso presentes na estrutura morfossintática. A interação entre esses diferentes traços e a especificação das preposições *a* e *para* derivam a possibilidade de ausência de fonologia nos contextos de inserção de *a* no PBM e sua obrigatoriedade no PB. No PB, não existe contexto em que um IV seja capaz de preencher um nó terminal sem Caso. Já no PBM, esse traço define a seleção de *a* (possível quando P possui [dativo], com ou sem [Caso]) ou de *para* (possível quando P possui [dativo] e [Caso]).

Com base na distribuição de *a* no PBM, sugerimos que a sua possibilidade de ausência fonológica tenha relação com a estrutura informacional da sentença. Como discutimos ao longo de todo o artigo, o PB e o PBM permitem alteração na ordem dos complementos em estruturas bitransitivas, desde que o verbo tome *a* como sua preposição de seleção do objeto indireto. Sugerimos que esses contextos são do tipo P = [dativo]. Nos casos em que *a* é inserido, P também apresenta o traço [Caso]. Qual seria a motivação para aproximar esses dois contextos (ou, mais precisamente, o contexto em que *a* não é realizado fonologicamente) com os fatores de ordem informacional?

No PB, sabemos que a ordem VNPPP só é alterada para VPPNP no PB quando estiver fortemente ligada a aspectos de ordem informacional. Como argumento, a necessidade de marcação prosódica forte em alguns casos. Estendendo essa noção, diremos que a ordenação *tema-alvo* ou *alvo-tema* no PBM também traz correlação bastante forte com esses aspectos informacionais. Scher (*op. cit.*) e Armelin (*op. cit.*), por exemplo, defenderam que o *alvo* ensanduichado entre o verbo e o *tema* é naturalmente interpretado como tópico. A grande questão que queremos levantar aqui é a seguinte: os traços informacionais presentes em sentenças com e sem preposição são os mesmos?

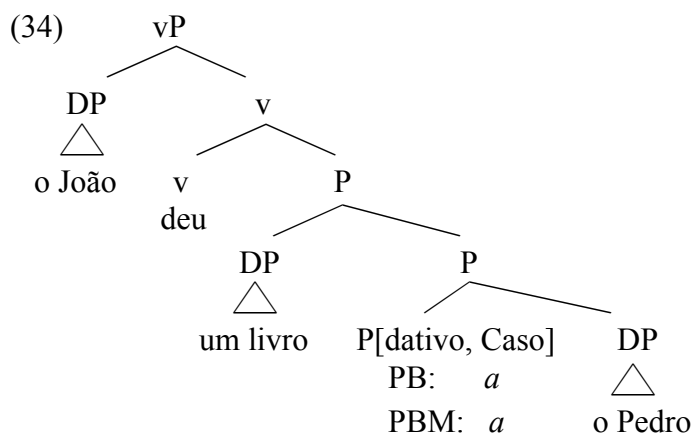
A hipótese aqui adotada é a de que existe uma interação bastante forte entre os aspectos informacionais e a ausência da preposição, já que a ausência de conteúdo fonológico do núcleo preposicional só seria licenciada diante de movimento do *alvo* para projeções de tópico e de foco, provavelmente. Nesse sentido, sempre que a preposição estiver ausente, temos indício de que o *alvo* foi movido para uma posição de periferia de *vP*, assim como proposto em Scher (1996). Essa hipótese prevê que o conteúdo informacional de sentenças sem preposição seja diferente do conteúdo informacional das suas contrapartes preposicionadas. Vejamos mais de perto o funcionamento da proposta:

- (33) a. O João deu o livro o Pedro.  
b. O João deu o Pedro o livro.

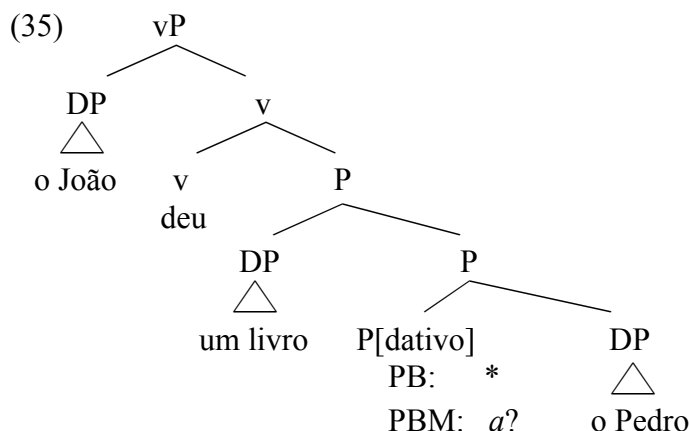
A primeira grande questão diante dos dados do PBM diz respeito à ordem canônica de realização dos argumentos no dialeto em questão. Tomando por base a ordem do PB, vamos assumir que verbo-*tema-alvo* seja, também no PBM, a ordem de base. Se assim for, não há grandes problemas em se assumir que o *alvo* ‘o Pedro’ se moveu em (33)b para, por exemplo, uma posição de tópico, como proposto em Scher (*op. cit.*) e Armelin (*op. cit.*). Assim sendo, e levando adiante a correlação entre movimento e ausência da preposição, a hipótese é a de que o *alvo*, em (33)b esteja deslocado para uma posição fora do c-comando de *vP*. Um DP nessa configuração não recebe Caso de P, já que posições de periferia esquerda, como tópico e foco, costumam apresentar queda de preposição (as quais, de acordo com Kato (*op. cit.*), são posições de Caso *default*), e são gramaticais. Levando às últimas consequências a relação entre movimento e ausência da preposição, o mesmo mecanismo seria utilizado para explicar a não-realização

fonológica da preposição em (33)a. A manutenção aparente de uma ordem canônica estaria escondendo o fato de que os argumentos verbais estão movidos: ‘o livro’ estaria deslocado a uma posição de tópico, enquanto ‘o Pedro’ estaria movido para uma posição de foco nos moldes propostos em Belletti (2002) para a periferia de VP. Nessas posições, não há marca de Caso atribuída pela preposição, mas estaríamos tratando de posições em que Caso *default* é atribuído. Essa relação entre Caso *default* e leitura topicalizada/focalizada depende, necessariamente, das diferenças entre os IVs do PB e do PBM, o que explica a ausência de fonologia em alguns contextos do PBM.

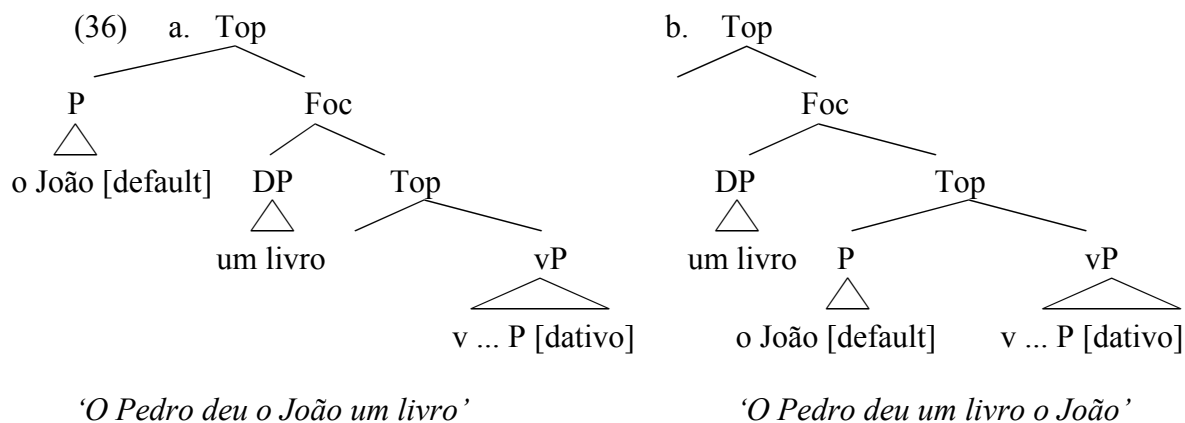
De acordo com as propriedades semânticas dos IVs do PBM em (31), acima, parece que *a* é um IV mais “funcional” (um papel temático específico, sem marcas obrigatórias de Caso), enquanto *para* é um IV mais “lexical” (papéis temáticos variados, só ocorre em posições marcadas por Caso). Por conta desse caráter restrito, *a* pode ocorrer apenas em núcleos P de dois tipos: P = [dativo], [Caso] ou P = [dativo]. Já que *a* no PBM desencadeia necessariamente a leitura dativa, diremos que a variação na ordem dos argumentos se dá pelas propriedades de atribuição de Caso por P. Imaginemos, primeiramente, o contexto P = [dativo], [Caso]:



Nessa estrutura, vemos que tanto PB quanto PBM apresentariam a mesma distribuição de IVs. Ou seja, a estrutura dativa canônica se mantém em ambos os dialetos quando [Caso] está presente em P. E nos casos em que temos apenas a especificação do traço [dativo] em P?



De acordo com a estrutura proposta, o PB teria problemas para a inserção de um IV nesses contextos, essa estrutura seria agramatical. No caso do PBM, a inserção de *a* seria a escolha mais lógica. Porém, se P não tem Caso, essa estrutura também seria agramatical, mesmo com a inserção de *a* em PBM. Ou seja, essa não deveria ser uma estrutura boa em PB, ou em PBM. Porém, existem contextos em que *a* não aparece, e que tais questões de Caso não são problemáticas – especificamente, os dados sem a preposição do PBM como (33), acima. Aparentemente, essas sentenças não violam o filtro do Caso. Para explicar a gramaticalidade dessas sentenças sem recorrer a apagamento de preposições em contextos pouco abrangentes, nossa solução contempla os efeitos discursivos apontados acima. Os DPs sem Caso se movem para a posição de tópico, na periferia esquerda de vP, recebendo Caso *default*. A diferença de ordem nos argumentos sem preposição seria dada pela altura estrutural do tópico, acima ou abaixo da projeção de foco ((36)a, b, abaixo). Uma evidência independente para justificar o Caso *default* nessas posições logo acima de vP é que, no PB, posições topicalizadas podem atribuir caso *default* (nominativo, cf. (37), abaixo).



- (37) a. *Ele/Dele*, a Maria gosta.  
b. O João deu *ele* um livro.

Nesse sentido, a comparação entre o inglês e o PB se daria nos seguintes termos: enquanto o inglês pode deixar o núcleo P fonologicamente vazio, o PB, por outro lado não pode fazê-lo. No entanto, PBM pode ter sentenças em que a presença da preposição seja neutralizada, já que a atribuição de um Caso *default* parece ser uma operação de último recurso (*last resort*). Apesar disso, Caso *default* bloqueia a inserção de qualquer IV em P, pelo menos quando há movimentos como os de (37). Assim, podemos concluir que a liberdade de ordenamento dos complementos é um indício de que aspectos informacionais estejam ligados à bitransitividade no PB(M). Até onde sabemos, apesar da grande literatura que abarcou o tema nos dados do PB, esse recorte mais fino ainda não fora feito. Por conta disso, acreditamos que a correlação entre a dinâmica de marcação de Caso e os aspectos informacionais é um caminho bastante interessante para dar contra do fenômeno da bitransitividade no PB(M).



## Considerações Finais

Nesse artigo exploramos as diferenças e semelhanças entre sentenças bitransitivas do inglês, do PB e do PBM. Propomos que a estrutura sintática da bitransitividade seja mais geral do que se poderia pensar *a priori* e, crucialmente, consiste na presença de um núcleo funcional, a que chamamos de P, responsável por fazer a relação sintática e semântica entre os dois argumentos. Para dar conta da diferença entre inglês e PB, sugerimos que as duas línguas possuem marcações diferentes para um mesmo parâmetro: realização fonológica do núcleo funcional P. Enquanto inglês permite que tal núcleo seja fonologicamente vazio, o PB obriga a inserção de um elemento preposicional. Assim, a ordem VNPNP no inglês resulta, então, efetivamente de não-inserção da preposição em qualquer contexto sintático, condicionado por um parâmetro que interfere na realização desse núcleo em outras construções, como os compostos. Já no PBM, a ordem VNPNP é resultado da atribuição de Caso *default* em contextos de saliência discursiva, tópico ou foco de vP, nos quais a inserção do IV *a* é impossível. Para explicar as diferenças entre PB e PBM, abordamos uma perspectiva interessante de análise, centrada na interação *entre* aspectos informacionais e a ausência da preposição, além de sugerirmos que a especificação dos IVs garanta a diferença entre uma e outra variante. Enquanto o PB não permite a inserção de um IV em P sem um traço de Caso presente, o PBM, por outro lado, oferece uma estratégia de “salvamento” da estrutura, resolvendo a ausência de Caso em P com o movimento do DP sem Caso para a periferia de vP, que acaba por bloquear a inserção de *a*, devido à atribuição de Caso *default*.

### Parametric variation and dialect variation: an analysis for the dative constructions in English and in Brazilian Portuguese

ABSTRACT: In this paper we investigate ditransitive sentences from English, Brazilian Portuguese and from one of its dialects spoken in the *Zona da Mata Mineira* (PBM). We suggest that the internal arguments of the ditransitive constructions in the Portuguese dialects and in English are licensed syntactically and semantically through a functional projection. The distinctions between English and Portuguese derive from the parametric differences concerning the phonological realization of this functional head. On the other hand, Brazilian Portuguese differs from PBM in the Case specification present at Morphological Structure; in other words, the status of the dative feature shown in either variant is different.

Keywords: bitransitividade; compostos; alternância dativa; parametrização; Caso.

## REFERÊNCIAS

AOUN, J.; LI, Y. A. Scope and constituency. *Linguistic Inquiry*, 20:141-172.1989.

ARMELIN, P. R. G. *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.

- BARBOSA, J. *Variação paramétrica em predicados complexos e nomes compostos: um estudo translinguístico*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.
- BARSS, A.; LASNIK, H. Note on Anaphora and Double Object. In: H. Lasnik (ed.) *Essays on Anaphora*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1986, p.143-148.
- BELLETTI, A. Aspects of the low IP area – In: *The structure of IP and CP. The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2, L. Rizzi (ed.). Oxford University Press.
- BRESNAN, J.; CUENI, A.; NIKITINA, T.; BAAYEN, H. Predicting the Dative Alternation. In: *Cognitive Foundations of Interpretation*, ed. by G. Boume, I. Kraemer, and J. Zwarts. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Science, 2007, p. 69--94.
- BRESNAN, J.; NIKITINA, T. The Gradience of the Dative Alternation. In: *Reality Exploration and Discovery: Pattern Interaction in Language and Life*, edited by Linda Uyechi and Lian Hee Wee, 2009, p, 161-184. Stanford: CSLI Publications.
- COLLINS, P. The indirect object construction in English: An informational approach. *Linguistics* 33: 35–49, 1995.
- DIKKEN, M. den. *Particles: On the syntax of verb-particle, triadic, and causative constructions*. Oxford: Oxford University Press. 1995.
- GREEN, G. *Semantics and Syntactic Regularity*. Indiana University Press, Bloomington. 1974.
- HALE, K.; KEYSER, S. J. *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Linguistic inquiry monographs; 39. Massachusetts, MIT Press, 2002.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In K. Hale and S. J. Keyser, eds., *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, mass. : MIT Press, 1993, p. 111 –176.
- HARLEY, H. If you have, you can give. In Proceedings of the 15th West Coast Conference on Formal Linguistics, 193–207. Stanford, CA: CSLI Publications. 1997.
- KATO, M. A. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus* 11(1), p. 1-37, 1999.
- KATO, M. A. Caso inerente, caso *default* e ausência de preposições. In: SEDRINS, A. P. et al (Org.). *Por amor à Linguística*. Maceió: Edufal, 2012, 1ªed, p. 83-99.
- KIPARSKY, P. Some Consequences of Lexical Phonology. In: HULST, H.; N. SMITH (ed) *The Structure of Phonological Representations*, vol 1, Foris, Dordrecht, 1985, p. 131-175.

- LARSON, R. On Double Object Construction. In: *Linguistic Inquiry* 13, 335-392. 1988.
- OEHRLE, R.T. *The grammar of the English dative alternation*. PhD dissertation, Cambridge, MA, MIT Department of Linguistics and Philosophy. 1976.
- OLSEN, S. Semantics of Compounds. In: MAIENBORN, C; HEUSINGER, K. V; PORTNER, P. (eds.). *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. Volume 3. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2012.
- PESETSKY, D. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, Mass:MIT Press, 1995
- PUJALTE, M. S. *Condiciones sobre la introducción de argumentos – el caso de la alternancia dativa en Español*. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional del Comahue. 2009.
- SCHER, A. P. *As construções com dois objetos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 1996.
- SCHER, A.P; ARMELIN, P.R.G. Preposition Absence in Ditransitive Sentences in Brazilian Portuguese. In: IX workshop on Formal Linguistics, 2013, Rio de Janeiro. Anais do IX Workshop on Formal Linguistics. UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. (2006) A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T. et al. (Orgs.) *Para a história do português brasileiro. Vol. VI: Novos dados, novas análises. Tomo I*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 73-105.
- ZDROJEWSKI, P. Por quién doblan los clíticos? Restricciones Morfosintácticas sobre la duplicación pronominal en el español rioplatense. Dissertação de mestrado. Universidad Nacional del Comahue. 2008.

Data de envio: 30/09/2013

Data de aceite: 13/02/2014

Data de publicação: 21/07/2014